



Subseção  
Jaguariúna

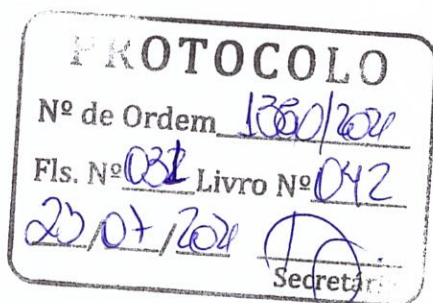
Jaguariúna, 22 de julho de 2021.


**Ofício nº. 077/2021**

A Doutora Maria do Carmo Santiago Leite, Presidente da 232ª Subseção de Jaguariúna da Ordem dos Advogados do Brasil vem através deste encaminhar Portaria e Relatório referente ao Processo Seletivo CMJ 002/2021.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de estima e elevada consideração.

  
**Maria do Carmo Santiago Leite**  
**Presidente**



  
**Deise R. Fernandes**  
**Secretaria**  
**15.744.342-5**  
**RECEBIDO 23/07/2021**  
**10h38**

**Portaria Nº 019/2021**

A Doutora Maria do Carmo Santiago Leite, DD. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – 232º Subseção de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o disposto no artigo 61 e incisos do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1.994.

**DESIGNA**

I – O membro para acompanhar o Processo Seletivo CMJ 002/2021 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna:


Bruna Maria Rotta Steola

OAB nº 275.635

II – Esta portaria é válida até o dia 31 de dezembro de 2.021.

III – Esta portaria entrará em vigor na data de sua fixação, revogadas as disposições em contrário.

IV – Registre-se e cumpra-se, afixando em lugar visível ao público.

Dado e passado na cidade de Jaguariúna, Estado de São Paulo, aos dezesseis dias do mês de julho de 2.021. Eu  (Luana Camila R. Andrade) Líder Administrativa desta subseção, digitei e subscrevi.



**Maria do Carmo Santiago Leite**  
Presidente



## RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO - SELETIVO EDITAL CMJ Nº 002/ 2021

Tendo chegado ao conhecimento da 232ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil de Jaguariúna o parecer emanado através do Voto do Conselheiro Estadual Dr. Sérgio Martins Guerreiro - OABSP nº 85.779, encaminhado pela Presidente da Comissão da Advocacia Pública da Secional da OAB/SP, o qual pedimos vênica para reproduzir conforme segue:

“ À Doutora Patrícia Helena Massa

DD. Presidente da Comissão da Advocacia Pública da Secional da OAB/SP.

Tendo chegado ao conhecimento desta Comissão a existência Edital de Procedimento Seletivo para Contratação Temporária de Advogado para a Câmara Municipal de Jaguariúna. Em consulta ao “site” da Câmara Municipal de Jaguariúna, verifica-se que o certame já está na fase de apresentação de currículos para análise previsto para o dia 12 e 13/07/2021, previsto no Anexo do Edital nº 02/2021.1.

Em análise superficial do exótico Edital referido, a despeito de outras eventuais falhas na escolha da forma de seleção, em relação ao que é exigido para o preenchimento do cargo de advogado, verifica-se que não guarda compatibilidade com a **configuração da necessária qualificação técnica e independência funcional desses especiais agentes públicos**<sup>2</sup>.

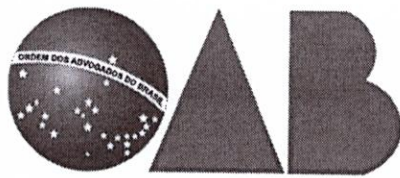
Está prevista apenas a análise de títulos segundo critérios de pontuação baseados apenas na apresentação de certificados de formação e qualificação profissional, sem nenhuma prova escrita.

A função de Advogado público não é compatível com a contratação de forma temporária prevista inciso IX, art. 37 da Constituição Federal, colidindo ainda com as disposições contidas no art. 115, II e X da Constituição Estadual, pois as atribuições de exame e controle de legalidade de atos administrativos, licitações e contratos necessita de profissionais de carreira, com estabilidade, para assegurar a observância dos princípios que regem a Administração Pública, de forma que se possa atuar com autonomia e independência, prerrogativas indissociáveis de suas competências.

Além disso, o art. 37, II da Constituição Federal diz que *“a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação”*.

Ora, é evidente que a função de Advogado é complexa e possui natureza permanente, sendo necessária a realização de concurso público para a investidura, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos do art. 58, X da Lei federal nº 8.906/94,





Subseção  
Jaguariúna

SÃO PAULO

do art. 52 do Regulamento Geral da Ordem dos Advogados do Brasil e da Res. nº 2/2019 da Seccional da OAB/SP.

Neste sentido, destacamos o recente sucesso em ação civil pública promovida pelo Ministério Público que impugnou a realização de processo seletivo para contratação temporária de procurador (processo nº 100422-83.2019.8.26.0424).

Como está expresso no artigo 58, X, da Lei Federal 8.906/94, compete ao Conselho Seccional da OAB participar da elaboração dos concursos públicos, em todas as suas fases, nos casos previstos na Constituição e nas leis, no âmbito do seu território.

Comando semelhante está previsto na competência do Conselho Federal da Ordem no artigo 54, XVII, do EAOAB, quando os concursos tiverem abrangência nacional ou interestadual.

O Art. 52 do Regulamento Geral da Ordem dos Advogados do Brasil dispõe o seguinte: *A OAB participa dos concursos públicos, previstos na Constituição e nas leis, em todas as suas fases, por meio de representante do Conselho competente, designado pelo Presidente, incumbindo-lhe apresentar relatório sucinto de suas atividades. Parágrafo único. Incumbe ao representante da OAB velar pela garantia da isonomia e da integridade do certame, retirando-se quando constatar irregularidades ou favorecimentos e comunicando os motivos ao Conselho.*

Como se vê claramente, a previsão legal não faz distinção de concursos públicos, ou seja, o comando é para que a participação da OAB se dê em todos os concursos públicos onde se disputem cargos privativos de advogado ou advogada.

O artigo 1º do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB preconiza:

*“A atividade de advocacia é exercida com observância da Lei 8.906/94 (Estatuto), deste Regulamento Geral, do Código de Ética e Disciplina e dos Provimentos.”.*

No mesmo Regulamento foi destacada a Seção II – “Da Advocacia Pública” com os seguintes dispositivos:

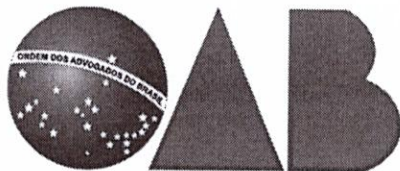
*Art. 9º Exercem a advocacia pública os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal dos Municípios, das autarquias e das fundações públicas, estando obrigados à inscrição na OAB, para o exercício de suas atividades.*

*Parágrafo único. Os integrantes da advocacia pública são elegíveis e podem integrar qualquer órgão da OAB.*

*Art. 10. Os integrantes da advocacia pública, no exercício de atividade privativa prevista no Art. 1º do Estatuto, sujeitam-se ao regime do Estatuto, deste Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina, inclusive quanto às infrações e sanções disciplinares.*







Subseção  
Jaguariúna

SÃO PAULO

O Conselho Seccional Paulista dando cumprimento aos dispositivos legais mencionados baixou a Resolução nº 2/2019, onde o artigo 4º prevê a participação da Ordem em todas as fases do certame e não considera como participação a presença na aplicação da prova (inciso IX).

Portanto para o ingresso na advocacia pública é preciso que haja a efetiva participação da OAB por meio de seu representante em todas as fases do certame, conforme disciplina o Estatuto da Advocacia e seu Regulamento Geral.

A participação da OAB em todas as fases do concurso público busca resguardar a defesa de toda a sociedade, sobretudo no que tange à observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a realização dos concursos públicos, notadamente o de ingresso à carreira de procurador jurídico, evitando assim que exista no edital e no certame qualquer mácula que comprometa o exercício profissional na defesa do erário e do interesse público.

Contudo, ao que se sabe até o momento, não houve a solicitação da participação da OAB no referido processo seletivo, sendo que opino que seja enviado ofício URGENTE à Eminentíssima e Digníssima Doutora Maria do Carmo Santiago Leite, Presidente da Subseção de Jaguariúna, para tomada de providências, fornecendo minuta do ofício de estilo a ser encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Senhor Afonso Lopes da Silva, para que suspenda imediatamente o processo seletivo, para que seja ouvida a OAB com a indicação de representante para participação em todas as fases de Concurso Público de Provas e Títulos nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e do art. 58, X da Lei federal nº 8.906/94."

Não obstante a indicação para a suspensão do Processo Seletivo, diante das irregularidades apresentadas, achou por bem o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna Sr. José Afonso da Silva manter a seleção diante da necessidade emergencial da contratação de advogado.

Em data de 15/07/2021 foi encaminhado o ofício n.º 075/2021 da 232ª Subseção de Jaguariúna para a Câmara Municipal, solicitando o adiamento do exame dos *currículo vitae* e documentos em razão do que consta no ofício n.º 071/2021-OAB – Proc. CMJ 1350/2021 desta Casa de Leis que solicita a indicação de um membro de nossa entidade para acompanhar o certame seletivo e que também comunica que a reunião com a Comissão Organizadora para a avaliação preliminar ocorreria no dia 16/07/2021 às 8:00 hs. o que inviabilizou a participação de nossa instituição.

Saliento que no Edital do Processo Seletivo entre as irregularidades apontados pela Seccional da OAB também não possui datas e prazos para a avaliação preliminar, o que poderia ser adiada para que a nossa participação ocorresse conforme legislação encaminhada a essa Casa de Leis.

Em data de 16/07/2021, através da Portaria 019/2021 da 232ª Subseção de Jaguariúna da Ordem dos Advogados do Brasil, foi nomeada para representar a instituição a Dra. Bruna Rotta Steola – OAB/SP n.º 275.635.





Subseção  
Jaguariúna

Em data de 16/07/2021 foi realizada pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo a avaliação preliminar e publicada para caso houvesse recurso.

Em data de 20/07/2021 esta advogada nomeada para representar a 232ª Subseção da OAB de Jaguariúna, reuniu-se com a Comissão Organizadora e analisou os 73 currículos com suas respectivas documentações.

Da análise dos documentos encontrou alguns currículos que não poderiam estar na classificação preliminar pelo fato de não terem apresentado corretamente ou deixaram de apresentar os documentos constantes do Edital.

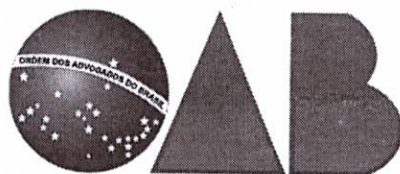
Apontada a situação acima, imediatamente a Comissão Organizadora retificou a classificação preliminar.

O advogado classificado em primeiro lugar atendeu as exigências de documentação e pontuação de títulos constantes do Edital.

É o que me cumpre informar.

**BRUNA ROTTA STEOLA**  
**OAB//SP n.º 275.635**





**SÃO PAULO**

**Subseção  
Jaguariúna**

Conforme ofício n.º 074/2021 encaminhado na data de ontem para Vossa Senhoria referente ao descumprimento da Resolução nº 2/2019, que disciplinou o exercício de suas competências legais em relação à organização de concursos públicos, delegando às Subseções o exercício de suas atribuições atinentes à sua participação em todas as fases de concursos públicos para provimento de cargos ou empregos para cujo provimento seja exigida inscrição na OAB, desde a designação da banca e elaboração do edital.

Com todo o respeito que tenho por esta Casa Legislativa que tem como foco os mesmos princípios da Ordem dos Advogados do Brasil que é a preservação do estado democrático de direito, a manutenção da lisura das instituições e a proteção e voz do cidadão na busca da merecida justiça, não podemos concordar com situações que possam colocar em risco a lisura do Processo Seletivo.

O ofício n.º 071/2021-OAB – Proc. CMJ 1350/2021 desta Casa de Leis que solicita a indicação de um membro de nossa entidade para acompanhar o certame seletivo também comunica que a reunião com a Comissão de avaliação ocorrerá no dia 16/07/2021 às 8:00 hs. o que inviabiliza a participação de nossa instituição.

Considerando que para a Ordem dos Advogados do Brasil participar do Processo Seletivo temos que fazer uma Portaria nomeando um advogado e que este tenha disponibilidade para participar, dessa feita precisamos de tempo hábil para a tomada de providências.

Dessa feita, sugiro que a Comissão Organizadora do Processo Seletivo se abstenha de reunir-se no próximo dia 16/07/2021 no horário designado no ofício para permitir a participação efetiva de nossa entidade.

Na oportunidade sugiro que a reunião seja marcada para o próximo dia 20/07/2021 (terça feira) às 9:00 hs. onde o advogado comparecerá munido da Portaria de sua indicação para ser juntada ao Processo Seletivo.



Subseção  
Jaguariúna

Na certeza de contarmos com a sua aquiescência ao pedido em apreço, reitero protestos de estima e consideração.

**Maria do Carmo Santiago Leite**  
**Presidente da 232ª Subseção de Jaguariúna**